



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades

Critical Theory, Development and Socio-Environmental Reproduction: Limits and Possibilities

Hieda Maria Pagliosa CORONA¹, Jalcione Pereira de ALMEIDA²

¹ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: hiedacorona@uol.com.br

² Doutor em Sociologia (Université de Paris X). Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jal@ufrgs.br

Artigo: Recebido em: 1 de agosto de 2013; Versão final aceita em: 12 de março de 2014.

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar, de maneira introdutória, parte de reflexões teóricas sobre a categoria da *reprodução socioambiental*. O objetivo inicial foi entender essa categoria levando em conta a genealogia e a teleologia das noções de “progresso”, “desenvolvimento”, “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável” no contexto da sociedade moderna/capitalista ocidental, evidenciando a partir das teorias críticas (marxistas, bourdiana, pragmática da crítica, pós-colonial e do pós-desenvolvimento) os potenciais limites e elementos conceituais que constituem as “junturas” possíveis para construir novos conceitos. A partir deste esforço analítico, propõe-se que o conceito de reprodução socioambiental contém originalidade para compreender a dinâmica da relação sociedade-natureza considerando os múltiplos processos que vivem os grupos, comunidades, povos e sociedades, deslocando a perspectiva da racionalidade objetivista orientada apenas pela comparação e historicidade linear, para identificar as múltiplas racionalidades e diferentes modos de viver, considerando as possibilidades para as emancipações e a sustentabilidade.

Palavras-chave: reprodução social; emancipação; relação sociedade-natureza; sustentabilidade.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present, in an introductory way, part of theoretical reflections about the category of socio-environmental reconstruction. The initial goal was to understand this category considering the genealogy and teleology of the notions of “progress”, “development”, “eco – development” and “sustainable development” in the context of modern / western capitalist society, showing from the critical theories (Marx’s, Bourdieu’s, pragmatic criticism, post-colonial and post-development theories) potential limits and conceptual elements that constitute the possible “joints” to construct new concepts. From this analytical effort it is proposed that the concept of socio-environmental reconstruction contains originality to understand the dynamics of the relationship between society and nature considering the multiple processes that groups, communities, peoples and societies live, shifting the perspective of objectivist rationality guided only by comparison and

linear historicity, to identify the multiple rationalities and different ways of living, considering the possibilities for emancipation and sustainability .

Keywords: social reproduction; empowerment; society-nature relationship; sustainability.

1. Introdução

Os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e, sobretudo, com nossos devires (Deleuze & Guattari, 1992, p. 40).

As reflexões que compõem este artigo estão circunscritas a determinadas abordagens sociológicas sobre a temática do desenvolvimento, com base em teorias sociais críticas, visando construir uma abordagem da *reprodução socioambiental* como possibilidade para tratar o desenvolvimento em novas bases conceituais. O objetivo, portanto, é o de analisar como as teorias críticas (marxistas, bourdiana, pragmática da crítica, pós-colonial e do pós-desenvolvimento) tecem argumentos que se refletem em mudanças nas concepções de desenvolvimento no contexto ocidental moderno/capitalista e como contribuem para a construção das bases teóricas para pensar a reprodução socioambiental como categoria/conceito que permita compreender a dinâmica da relação sociedade-natureza, considerando o espaço da diversidade (diferença) e das emancipações.

Inicialmente buscou-se entender as noções de “progresso”, “desenvolvimento”, “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável” levando em conta certa genealogia (origem histórica) e teleologia (possibilidades para o futuro) no contexto da sociedade moderna/capitalista ocidental, evidenciando, a partir das críticas aos modelos, quais são seus potenciais limites e que elementos conceituais constituem as “junturas” possíveis para a construção de novos conceitos. A partir deste esforço analítico, propõe-se que o conceito de reprodução socioambiental contém originalidade para compreender os múltiplos processos que vivem os grupos, comunidades, povos e sociedades, deslocando a perspectiva da racionalidade objetivista orientada apenas pela comparação e historicidade linear, para identificar as múltiplas racionalidades e diferentes modos de viver,

considerando a teleologia (devir) das emancipações e da sustentabilidade.

A opção metodológica foi definida no contexto de um conjunto de intenções e limitações. O primeiro diz respeito à escolha de autores e abordagens no interior das teorias críticas, pois, reconhecendo a amplitude e diversidade de autores e abordagens, ela vincula-se aos objetivos de construir um quadro analítico que contemple as mudanças no âmbito da teoria crítica que refletem a complexidade do debate contemporâneo sobre o desenvolvimento, como também as permanências capazes de autorreferenciar o conceito de reprodução socioambiental. O segundo diz respeito à tarefa à qual se propõe o artigo, que, dados os limites do tamanho apropriado ao veículo a que se destina (revista científica), inviabiliza uma discussão teórico-epistemológica mais aprofundada das categorias e/ou dos conceitos propostos. Em suma, o artigo visa uma introdução ao tema e aponta alguns limites e possibilidades no interior das teorias críticas para pensar o desenvolvimento e a reprodução socioambiental.

O esforço é no sentido de entender, como dizem Deleuze e Guattari, que todo o conceito na perspectiva filosófica vai além das proposições científicas enquanto subdivisão de funções (variáveis) com valor de informação. O conceito não pode perder sua autorreferência, sua endo e exoconsistência (Deleuze & Guattari, 1992, p. 180). Autorreferência porque cada conceito remete a outros, tanto em sua história como no devir ou conexões presentes; endoconsistência porque é próprio do conceito “tornar os componentes inseparáveis *nele*: distintos, heterogêneos e, todavia, não separáveis” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 31, grifo no original); exoconsistência porque se liga a outros conceitos em zonas e pontes de “junturas”. Todo conceito completo, dizem os autores, contém o conjunto determinado dos elementos que o constitui. Deste modo, toda a fragmentação no processo de conhecimento (pensamento) que não restitui a complexidade do conceito perde em referência e consistência.

Para atender aos propósitos deste artigo, o mesmo foi subdividido em três partes além desta introdução, sendo que na primeira será apresentada uma breve síntese das teorias críticas e suas contribuições para compreender o desenvolvimento no contexto da sociedade moderna e capitalista; a segunda tratará das representações de natureza e sociedade na perspectiva do desenvolvimento; e a terceira apresentará uma primeira aproximação do conceito de reprodução socioambiental.

2. As teorias críticas e o desenvolvimento: síntese introdutória

Ao se falar da crítica e das controvérsias, adentra-se em grandes tendências (com diferenças importantes entre si) da ciência social crítica na interpretação do desenvolvimento. Inicialmente toma-se como referência, em linhas gerais, a teoria clássica de base marxista visando dialogar com teorias sociais críticas contemporâneas, como a bourdiana, a da pragmática da crítica, a pós-colonial (de oposição) e a do pós-desenvolvimento. Destaca-se que a abordagem “pós-colonial” é composta por autores de várias perspectivas teórico-epistemológicas e que os autores escolhidos expressam posições intelectuais dentro desta grande diversidade de enfoques.

A teoria clássica de base marxista (Marx e Engels), que influenciou fortemente o pensamento crítico do século XX, estava centrada na compreensão das contradições no plano da estrutura – produção material (classes sociais: capital/trabalho) – que condiciona a superestrutura – imaterial (consciência social) –, na perspectiva do materialismo histórico dialético. Nas premissas teórico-filosóficas do materialismo histórico, Marx e Engels afirmam que as bases de suas explicações encontram-se nos “indivíduos reais, sua ação e condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas como aquelas engendradas de sua própria ação” (Marx & Engels, 1989, p. 12).

Assim, “a primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações geradas por ela entre eles e o restante da natureza”. A maneira como os seres humanos produzem seus meios de

existência depende da natureza dos meios já encontrados e que eles precisam reproduzir. Reprodução esta que não é apenas a reprodução física dos indivíduos, mas sim um modo determinado da atividade dos indivíduos, ou seja, “um modo de vida determinado”. (Marx & Engels, 1989, p. 13). Para os autores, não seria sua tarefa fazer um estudo aprofundado da constituição física dos seres humanos, nem das condições naturais que eles encontram prontas (geológica, hidrográfica, climática), mas que toda a “historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história” (Marx & Engels, 1989, p. 13).

Observadas as multidimensões apontadas por Marx e Engels, entende-se, a partir do método da economia política, que a realidade é vista como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”, em que o concreto “é a concentração de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1977, p. 2). Concreto entendido como ponto de partida do real e também das representações e intuições – reprodução do concreto por meio do pensamento (imaterial) – que são resultados de relações historicamente situadas e que contêm validade nos limites destas relações.

Nesse contexto, a reprodução social na perspectiva marxista estaria condicionada a certa primazia dos aspectos materiais (identificados apenas como o econômico) da produção e consumo e, consequentemente, do predomínio das necessidades humanas sobre a natureza (antropocentrismo). No entanto, para Marx, a realidade social é “una totalidad rica de múltiples determinaciones y relaciones” (Marx, 1977, p. 3). A totalidade sob o ponto de vista marxista integra a dimensão social que, além de intrínseca ao econômico, abrange várias dimensões da vida material (incluindo a reprodução dos humanos e, portanto, da vida) e imaterial no transcorrer do percurso histórico de uma dada sociedade; e a dinâmica da produção/reprodução, porque toda a produção material já contém o processo de reprodução, já que toda produção ocorre pelo processo dinâmico da repetição/permanência e, ao mesmo tempo, pela inovação (reprodução do capital sempre engendra mais capital; novas habilidades, novos conhecimentos que engendram inovações). “Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco de produzir. Considerando em sua permanente conexão e fluxo de sua renovação, todo processo social de produção

é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (Marx, 1985, p. 153).

O caráter universalizante do capitalismo e da racionalização tenderia a se reproduzir em todas as esferas da vida social e em todas as sociedades, sob a lógica da dominação (alienação: trabalho, política, natureza). A crítica conduz à tese de que o capitalismo seria insustentável, logo tenderia ao seu fim pela falha metabólica na relação entre os seres humanos e a natureza, pela exploração intensiva dos “recursos naturais” resultante da separação campo/cidade, combinada com a exploração dos trabalhadores e a concentração do capital. A superação desta etapa do desenvolvimento dar-se-ia pela revolução no modo de produção (material), pelo conflito e contradição entre as classes sociais e as consequentes mudanças no plano das ideias (imaterial), em direção à emancipação social (comunismo).

Mesmo levando em conta a crítica de que a análise marxista estaria centrada em uma narrativa universalizante da lógica ocidental moderna na perspectiva histórica, o sentido de totalidade aponta para outras possibilidades de análise. Deste modo, pode-se identificar “junturas” do conceito de reprodução social com a análise crítica contemporânea do desenvolvimento, principalmente a multidimensionalidade que compõe a totalidade de uma formação social, a permanência e a mudança como partes do processo de reprodução, bem como a teleologia da emancipação.

A crítica de base bourdieusiana (ou estruturista¹) dialoga com o marxismo, mas também com os demais clássicos das ciências sociais (Durkheim e Weber) e avança no entendimento de que nas relações sociais entre atores e a estrutura, mediadas pelo senso prático dos agentes, é que se configura a realidade. Há relação, segundo Bourdieu (2001; 2002), entre *habitus* (estruturas cognitivas historicamente adquiridas por meio das vivências dos sujeitos em suas relações sociais) e a estrutura do campo (econômico, científico, político, etc.), que é um espaço socialmente constituído em que estão presentes e participam do jogo os agentes de acordo com as diferentes apropriações de capitais (econômicos,

políticos, cultural, simbólico), o que demonstra tanto as assimetrias entre os atores como a importância dos agentes na construção da realidade.

O lugar ou situação social (Bourdieu, 2001) que ocupam os diferentes atores que participam do campo mostra as assimetrias destes capitais, em que estão presentes as agências de poder e dominação que se movem para permanecer no jogo, na relação com os que se movem para a mudança, em constante tensão conflitual. Assim, o *habitus* atualiza as estruturas contidas no campo e esse, ao mesmo tempo, condiciona as ações dos atores sociais, modificando o *habitus* dialeticamente. Nesse sentido, a crítica ao desenvolvimento capitalista sob essa abordagem revela os mecanismos da dominação e como eles favorecem a sua manutenção, porque tanto a dominação compõe o *habitus* de cada agente adquirido no transcorrer de suas relações sociais como as estruturas dos campos que a reproduzem. Assim, por mais que os agentes na sociedade capitalista tenham espaços para as ações que contribuem com a mudança, essa se encontra na circularidade em torno da dominação, ou seja, mudam-se aspectos, incorporam-se ideias, mas não se altera o sentido da dominação, antes se mantém, mesmo que modificada.

Tal circularidade pode ser melhor entendida quando analisado o conceito de reprodução social. Com Bourdieu e Passeron, este conceito também aparece inicialmente muito restrito à reprodução da dominação no campo cultural. Demonstram como os agentes sociais a partir do *habitus* estão na relação com a estrutura social (campos), que tende à reprodução do poder simbólico (cultura, educação, etc.) e material (econômico, distribuição/*habitat*), legitimado pelas relações de força e relações simbólicas entre os grupos e as classes sociais (dominante e dominada). Toda a ação pedagógica (primária e secundária) de inculcação do arbitrário cultural tenderia a reproduzir o arbitrário cultural dominante, específico da formação social. Isso acaba contribuindo para a reprodução das relações de força que colocam aquele arbitrário na posição de dominante (Bourdieu & Passeron, 1982).

¹ Segundo Vanderberg (1999, p. 26) porque ao “transcender a ‘bipolaridade’ dos erros subjetivista e objetivista [...] sua teoria da prática é claramente parte de um movimento ‘estruturista’ mais amplo na teoria social, que adquire sua inspiração nas *Teses sobre Feuerbach*, de Marx, do qual Sartre, Berger e Luckmann, Habermas, Giddens e Castoriadis são provavelmente os representantes mais conhecidos”.

Nesse sentido, a reprodução cultural se amplia desde a família para a escola como espaços de reprodução de um conjunto de valores, significados e práticas (linguagem, artes, religião, etc.) que vão caracterizando um grupo social e definindo as condições de sua permanência. Esse processo coloca o agente em determinada situação social, condicionada pela relação entre espaço físico, ou o lugar que o corpo ocupa (*habitat*), e a posição que esse corpo ocupa no espaço social (que se revela no próprio corpo), onde estão em jogo as estratégias informadas pelo sistema de disposições para o agir (*habitus* e antecipação) vinculadas às possibilidades concretas de sua realização, portanto, na relação com uma situação social (Bourdieu & Passeron, 1982).

Mesmo considerando a crítica à generalização do conceito abstrato de dominação e de certa primazia da estrutura sobre os agentes sociais, Bourdieu contribui para a reflexão crítica do desenvolvimento, demonstrando que há um arbitrário cultural (eurocentrista) que condiciona nosso entendimento sobre o desenvolvimento e a relevância dos agentes sociais que, a partir de sua cultura (*habitus*) construída ao longo de sua vivência social, jogam ativamente no processo de desenvolvimento. Tais conceitos permitem observar que no processo de reprodução social estão presentes as estruturas sociais, econômicas e culturais que compõem o espaço social (e físico) em que se situam os agentes sociais, as quais precisam ser reproduzidas para que o modelo societário dominante busque se perpetuar no tempo e no espaço. O mesmo acontece com as estratégias dos agentes sociais, as quais contêm suas interpretações e suas escolhas que, mesmo condicionadas pelo jogo instituído pelas pressões e pelas oportunidades do sistema dominante, possuem as inovações que revelam a dinâmica da vida social. Mais que isso, o pensamento bourdiano mostra que a dinâmica que compõe as estratégias sociais dos agentes atualiza o passado contido no *habitus* e antecipa o futuro contido nos projetos em um presente que se realiza por meio das ações concretas por eles estabelecidas.

No contexto dos autores contemporâneos como Bourdieu, nas últimas décadas do século XX, autores da corrente da pragmática da crítica, do pós-colonialismo e pós-desenvolvimento apresentam outros dois sentidos sobre o papel da crítica no processo de desenvolvimento. A pragmática da crítica de Boltanski e colaboradores

dialoga com o pensamento crítico de Bourdieu e avança no sentido de demonstrar como a crítica na “sociologia da dominação” é uma síntese analítica a partir da abstração da dominação como categoria central (metacrítica), que se reproduz ao colonizar a realidade do ponto de vista da totalidade (dominante e dominado). No entanto, a partir da observação direta (empírica), o que se pode ver, segundo esses autores, são as assimetrias nas relações de poder, que são diversas, parciais e transitórias. “A sociologia como atividade empírica pode descrever diferentes dimensões da vida social (e diferentes formas de poder) sem visar necessariamente uma integração em uma totalidade coerente” (Boltanski, 2009, p. 17).

A crítica, portanto, estaria vinculada à capacidade de reflexividade dos agentes sociais em sua vida cotidiana, porque é ela que movimenta e dá conteúdo crítico à realidade social, modificando-a, no sentido da emancipação social, esta entendida como sendo a libertação de qualquer forma de determinação capaz de limitar a autodefinição e autorrealização dos indivíduos como sujeitos da história. Composta tanto pela libertação específica em relação a uma situação de opressão (por exemplo, a libertação da alienação da classe trabalhadora), que requer a ação política no sentido da crítica social, como pelo sentido genérico da libertação em relação a todas as necessidades na direção da autonomia e autorrealização no sentido da crítica estética (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 434).

Assim, a análise sobre o desenvolvimento, nessa perspectiva, demonstra que o sistema eurocêntrico – capitalismo e liberalismo – se move, se amplia e se modifica em função da crítica social dos agentes (Boltanski & Chiapello, 2009). Demonstra que a crítica, não sendo a agente fundamental da mudança do capitalismo, ela participa dela, porque acompanha o “espírito” do capitalismo e promove os interesses pelo bem-estar geral, pois se deixado o capitalista vinculado apenas à lógica da reprodução do capital, seus interesses e motivos desconsiderariam o atendimento do interesse geral. Esse é, segundo os autores pragmáticos da crítica, um recurso mais discursivo de convencimento, de que vale a pena o engajamento ao capitalismo do que de fato uma lógica imbricada com os mecanismos de sua reprodução. Nesses termos, a crítica oriunda do mundo do trabalho e da política (crítica social) engendraria as mudanças

que vão de alguma forma melhorando as condições de vida, dentro da lógica do sistema. No entanto, a crítica no sentido da emancipação dependeria em grande medida da aproximação da crítica social da crítica estética para superar a opressão do capitalismo e suas mutações que captam os sentidos da mudança, rompendo assim a circularidade.

Em outro sentido, as críticas pós-colonial de oposição à perspectiva américo-eurocentrada (Santos, 2004; 2009) e do pós-desenvolvimento (Escobar, 2005a; 2005b; 2007) defendem a tese de que existem outros modos de viver e de se desenvolver fora da centralidade de um modelo único de desenvolvimento. Esses enfoques trabalham com o deslocamento (desconstrução) da lógica dominante, por meio da crítica ao modelo único e central apregoado pelas lógicas de reprodução do modo de desenvolvimento américo-eurocentrado, mostrando que os povos apresentam outras alternativas, sendo que as condições de sua reprodução social contêm diferenças e não “estágios de progresso” em direção a um modelo com pretensão universal e direcionado linearmente.

Para Boaventura Santos, é preciso “radicalizar a crítica à modernidade ocidental propondo uma nova teoria crítica que, ao contrário da teoria crítica moderna, não converte a ideia de transformação emancipatória da sociedade em nova opressão social” (Santos, 2004, p. 5). Para ultrapassar a noção de emancipação moderna (liberdade, solidariedade e igualdade), não efetivada sob a égide do capitalismo, seria necessário, segundo ele, um olhar a partir das “vítimas” ou excluídos (“do sul”) da lógica epistêmica que desprezou os diferentes conhecimentos (também da teoria crítica) e de desenvolvimento capitalista (“do norte”) que é sinônimo de colonialismo, segundo o autor. No entanto, o termo mais apropriado seria de “colonialismos” (diferenças entre os países coloniais europeus) e “pós-colonialismos” (diferenças entre os processos de descolonização), que engendrariam diferenças importantes entre países e regiões.

A perspectiva pós-colonial de oposição estaria fundada na defesa da “pluralidade de projetos coletivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que substituem a formulação de uma teoria geral de transformação social”. Dá ênfase à pluralidade e heterogeneidade, nas margens e periferias, bem como à epistemologia construtivista, que reconheça o “conjunto

de intervenções epistemológicas [...] que valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (ecologias de saberes no sentido do exercício da autor-reflexividade) (Santos & Meneses, 2009, p. 13 e 57).

A renovação da crítica, segundo Boaventura dos Santos, deve reconceitualizar a teoria da emancipação, saindo da formulação de uma teoria geral (moderna ocidental) para captar a lógica dos protagonistas das ações coletivas transformadoras, sem perder as exigências éticas e políticas (hermenêutica diatópica). Deve observar as propostas emancipatórias de transformação social oriundas dos movimentos por uma globalização contra-hegemônica, a partir de um “procedimento de tradução dos projetos parciais de emancipação”, pensando-a fora de conceitos como progresso, desenvolvimento e modernização oriundos da lógica historicista (etapistas). Segundo ainda esse autor, há emancipações com base em critérios éticos e políticos não universais, demandando o trabalho de tradução, da hermenêutica diatópica e da confrontação da pragmática das ações com seus resultados (Santos, 2004, p. 35 e 39).

Já Escobar dialoga com Boaventura dos Santos em sua crítica ao paradigma moderno, incapaz de pensar e dar soluções aos problemas modernos. Concorde com ele quando defende que se está transcendendo esse paradigma em dois sentidos: epistemológico (redução do domínio da ciência e abertura à pluralidade de conhecimentos) e sociopolítico (transição), com a emergência de novos movimentos sociais (por exemplo, o Fórum Social). No entanto, diz ele, as condições sociais que aparentemente estão dadas conduzem a pensar que a nova cara de “império global” e o crescente fascismo social (guerra, exclusão, insegurança, etc.), particularmente na Ásia, África e América Latina, visa “impor o projeto capitalista neoliberal” (Escobar, 2005a, p. 28). Porém, há que se observar que

Modelos de cultura e conhecimento baseiam-se em processos históricos, linguísticos e culturais, que, apesar de nunca estarem isolados das histórias mais amplas, retêm certa especificidade de lugar. Muitos dos aspectos do mundo natural são colocados em lugares [...] muitos dos mecanismos e práticas em jogo nas construções de natureza – limites, clarificações, representações, apreensões

cognitivas e relações espaciais – são significativamente específicas de lugar (Escobar, 2005b, p. 9).

Assim, afirma Escobar, o lugar (cultura local) pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade. O autor remete a Dirlík (2000) ao defender “o glocal”, ou seja, a necessidade de aproximar a atenção para a localização do global e para a globalização do local. O conhecimento local não seria “puro” nem livre de dominação, os lugares podem ter suas próprias formas de opressão, são históricos e estão conectados com o mundo por meio de relações de poder e, de muitas maneiras, estão determinados por elas.

A defesa do conhecimento local que propõe o autor é política e epistemológica, e surge do compromisso com um discurso antiessencialista do diferente. Faz-se necessário investigar a relação do lugar com economias regionais e transnacionais; o lugar e as relações sociais; o lugar e a identidade; o lugar e os limites e os cruzamentos de fronteiras; o híbrido; o impacto da tecnologia digital (internet), entre outros. Mas, é preciso observar como o lugar se organiza, a exemplo de movimentos sociais como o das populações das florestas tropicais, que defendem quatro direitos: sua identidade, seu território, a autonomia política e sua visão de desenvolvimento – concebida em termos de diferenças culturais e da diferença ecológica ligadas a um território (Escobar, 2005b).

Diz Escobar (2005b, p. 15) que: “o desenvolvimento sustentável encontra suas raízes em condições de diversidade cultural e ecológica [...] é no espírito do pós-desenvolvimento que podemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política de lugar”. Para isso, propõe que a defesa do lugar ocorra por meio de redes reais e virtuais de todo tipo; de coalizões de movimentos sociais; e por intermédio de coalizões heterogêneas de diversos atores, como acadêmicos, ativistas, ONGs, etc. para tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas das comunidades. Precisa garantir a simetria entre o local e o global em termos sociais e conceituais entendendo que o

não capitalismo e as diferentes culturas também se transformem em centros de análises e estratégias para a ação.

Essas reflexões conduzem à problematização do conceito de desenvolvimento, permitindo observar que as “junturas” nas teorias críticas revelam-se na interpretação crítica do modelo da racionalidade moderna e do capitalismo como cerne da opressão e subjugação e no devir ou teleologia das “emancipações”. Problematizam as noções de “desenvolvimento” – e os seus derivados como “progresso”, “ecodesenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, entre outros – porque elas continuam sendo produzidas no contexto moderno/capitalista, no qual as mudanças incorporam as críticas sociais, mas não avançam no entendimento da diversidade dos “desenvolvimentos” nem dos devires das emancipações, enquanto também negação do modelo. Provocam a construção de “novas” referências que avançam no entendimento da superação das dicotomias (sociedade-natureza, sujeito-objeto, dominante-dominado), da linearidade (escalar e contínua) e da comparação, que se propõem centradas em “uma” epistemologia e “um” modo de produzir e viver.

3. As representações de natureza e sociedade na perspectiva do desenvolvimento

Ao problematizar as noções de desenvolvimento, remete-se a explicitar em que medida a construção desse conceito se liga ao processo mais geral da reprodução social no contexto moderno ocidental e capitalista, quais são os elementos de sua contestação e em que medida se pode avançar no sentido de encontrar referências que as ultrapassem, apontando para a sua superação. Compreendendo que nem a história dos humanos nem do conhecimento é linear, como se viu acima, porque há acúmulos, retrocessos e contradições e porque em cada época contém diversas concepções e modos de agir no mundo, concorrentes à “dominante”, de maneira muito sintética é possível levantar alguns elementos para a reflexão.

Um de seus elementos constituintes é como as concepções ou representações de natureza e de ser humano influenciaram no processo de desenvolvimento na sociedade moderna. De maneira muito geral, pode-se dizer que, ao contrário da perspectiva dos filósofos

gregos, em que havia interdependência e complementaridade entre natureza e ser humano, considerados como partes de um mesmo sistema, a era moderna promove a disjunção entre eles. Separação promovida em parte pela concepção do catolicismo/escolástica na idade média que, como diz White (1967, citado – com ressalvas – por Raynaut, 2006), o homem, sendo a imagem e semelhança de Deus, tornava-se “dono da criação”, o que o diferenciava diante dos demais elementos da natureza, promovendo a separação entre humanos e natureza por meio do princípio religioso. Separação que se radicaliza a partir do movimento renascentista e iluminista em que a centralidade dos humanos, promovida em grande medida pelo avanço da ciência e da capacidade de racionalização, torna-os “dominadores da natureza” (Descartes), ou os sujeitos que conhecem e dominam os objetos que lhes são exteriores. Assim, a noção de natureza passou a ser tudo que está no entorno dos humanos, logo, seu “meio ambiente” (Raynaut, 2006).

Tal separação foi entendida como fundamental para o progresso social porque, ao se distanciar do domínio da religião e da metafísica, a ciência conduziria à etapa mais evoluída do desenvolvimento dos seres humanos, entendido como espaço de realização racional de suas atividades e de controle da natureza. Essa, considerada como fonte do progresso (“recursos naturais” disponíveis) ou como ameaça (pestes, catástrofes, etc.), mas um objeto a ser “dominado” pelos humanos. A ciência e o progresso técnico promoveriam avanços inéditos na produção e consumo material no âmbito do capitalismo, o que pressupunha que o crescimento econômico passara a ser essencial para o progresso social.

No âmbito do capitalismo como sistema econômico, a racionalidade vinculava-se tanto ao atendimento das necessidades concretas pela produção e consumo mediados pelo mercado como pela ideologia (espírito) que tece a rede de convencimentos sobre as vantagens deste modelo (Boltanski, 2009). Ideologia ligada à ideia de liberdade econômica e política delimitada pelos interesses individuais, os quais contribuiriam para o bem-estar geral da sociedade. A prosperidade, nesse contexto, estava dada “naturalmente”, pois as vantagens econômicas por meio do livre mercado, a liberdade política e o conhecimento científico engendrariam o bem comum, logo, o que se esperava era a adesão de

todos para evoluir na escala social. Nesse contexto, o colonialismo moderno era uma das facetas deste empreendimento: viabilizava a acumulação do capital (“recursos naturais” e matérias-primas + ampliação do mercado) e disseminava a ideologia do progresso, antecipando a escala evolutiva em direção à civilização (urbana, industrial, tecnocientífica).

No entanto, a permanência do colonialismo (África) no campo político, as crises econômicas e sociais desencadeadas durante o século XX, mais especificamente as das décadas de 1920/30 e as Guerras Mundiais, evidenciaram limites da ideia de progresso natural, porque a lógica econômica (equilíbrio produção e consumo) e o exercício da liberdade política encontravam barreiras na desigualdade, na opressão e na injustiça social. A suposta virtuosidade do progresso, pois, não se expandiu no mundo de forma igualitária (Almeida, 2009). Como resultado, as crises promoveram mudanças importantes tanto na sociedade, em função dos movimentos sociais contestatórios, como no papel dos Estados Nacionais, os quais passaram a reger os mercados e a promover o desenvolvimento, organizados em torno da ONU e suas agências financeiras (Banco Mundial, etc.) e operacionais (CEPAL, etc.).

Mantendo a tese de que o crescimento econômico continuava sendo a base para o bem-estar geral das sociedades (Keynes), o Estado assumia o papel de planejador, relativizando o mercado como promotor do equilíbrio socioeconômico. Após as guerras mundiais, a tese “desenvolvimentista”, com participação ativa dos Estados, expandiu-se pelo ocidente, favorecendo a “era de ouro” por meio da acumulação de capital, distribuição de renda e democratização, em países europeus e nos Estados Unidos, colocando os demais países na condição de “subdesenvolvidos” em relação a esse padrão. Contraditoriamente, os danos deste modelo nas esferas sociais (desigualdades, pobreza, etc.) e ambientais (esgotamento de “recursos naturais”, poluição, etc.) continuaram a colocar obstáculos na escalada do desenvolvimento e suscitaram renovações no campo institucional, com a adoção pela ONU de noções como de ecodesenvolvimento (1972) e de desenvolvimento sustentável (1992).

Tal crise explica-se em parte pelo fato de que, ao longo dos últimos dois séculos de capitalismo, os espaços de reprodução do capital foram incorporando pouco a

pouco várias dimensões das relações entre os humanos e entre eles e a natureza. Se a produção, circulação e o consumo de bens materiais foi a base da reprodução do capital, ao longo do século XX o sistema capitalista foi assimilando o setor de serviços sociais (educação, saúde) e o ambiental como novas possibilidades de sua reprodução. A modernização “normal”, com base na produtividade, eficiência técnica e lucratividade, passa a assimilar as “novas” demandas ambientais, transformando a manutenção dos “recursos naturais” esgotáveis (água, solo, matas, etc.) em novas fontes de renda. Assim, a cobrança pelo uso da água, os cultivos para energias “alternativas” (madeira, biocombustíveis, etc.), a produção ecológica, o turismo verde, entre outros, são exemplos desta transformação. Nesse sentido, a liberdade de mercado amplia-se e reduz cada vez mais a “liberdade” em relação às escolhas dos consumidores no mercado.

No entanto, essa tendência mais geral não anulou a crítica, oposições, controvérsias e a diversidade, mesmo que reduzida, de modos de entender e agir no mundo. As noções de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável demonstraram intenções de enfrentamento da crise do modelo de desenvolvimento e avançaram no sentido de reconhecer as diversidades cultural e ambiental como estratégicas para enfrentar os problemas; no entanto, na prática, pouco se tem avançado. A crítica nesse contexto tem sido fundamental, demonstrando como os desafios são complexos, referem-se a um conjunto de questões inter-relacionadas que se complementam e se confrontam dialeticamente e não se resumem a um projeto único de desenvolvimento (ainda que “mais sustentável”).

Assim, pode-se afirmar que o conceito de desenvolvimento ao longo do tempo foi se modificando, seja pelas limitações evidenciadas no campo da reprodução da vida material (limitações ambientais e acesso aos bens produzidos), seja pela influência da crítica no plano das ideias e da cultura. É possível verificar que a crítica aos processos de desenvolvimento na era moderna conduziu de alguma forma as mudanças nas concepções e ações que se revelaram nos sufixos e adjetivos ligados a essa noção. O ecodesenvolvimento (Estocolmo, 1972) e o desenvolvimento sustentável (Rio 92), como dito acima, são respostas à chamada “crise ambiental” percebida

a partir dos anos 1960. A “dupla pegada” da qual fala Jollivet (2012), em que os humanos, para proverem suas necessidades, retiram da natureza os “recursos” que lhes interessam, mas, ao mesmo tempo, rejeitam os subprodutos de suas ações, acaba criando os chamados problemas ambientais. Essa dinâmica, potencializada com o aparato tecnocientífico, coloca limites para a reprodução do capital e da vida orgânica.

O conceito de ecodesenvolvimento tinha uma matriz fortemente ligada à questão ecológica (Leff, 2000; Raynaut, 2006) em resposta às críticas sobre o modelo de exploração dos “recursos naturais” e o problema demográfico, apontado pelo relatório do Clube de Roma, entre outros. Com o passar dos anos, a noção de desenvolvimento sustentável perde a força da ecologia e ganha em popularização. Ainda que com múltiplas apropriações, essa noção assume uma dimensão polissêmica, de acordo com diferentes interesses e ideologias, mas gradativamente passa a dominar a ideia de que o cuidado com o meio ambiente está vinculado estrategicamente à garantia do desenvolvimento econômico e social. Essa perspectiva favoreceu, sem dúvida, mudanças, o que é considerado por alguns como um avanço, mas elas se encontram no limite da reprodução do sistema e não na sua negação.

Críticas feitas por vários autores que tomam o conceito de desenvolvimento sustentável como referência, por exemplo, Barbieri (2003) e Porto-Gonçalves (2004), apontam para a contradição entre as noções de desenvolvimento (mudança) e de sustentabilidade (permanência), que seria inconciliável. No entanto, analisada essa contradição no campo teórico à luz do conceito da reprodução, observa-se que todo o processo mais geral da reprodução contém a permanência do que é necessário para que um sistema social (também natural) tenha continuidade e também de mudança, porque em toda reprodução há inovação. Assim, supõe-se que não é a contradição em si que limita as possibilidades do desenvolvimento sustentável, mas sim sua ligadura com o sistema de produção que condiciona que a inovação esteja limitada à reprodução das mercadorias (incluindo humanos e natureza) para um mercado global. Sob essa lógica hegemônica, deixa-se de perceber que existem múltiplas experiências de reprodução social que podem apontar para a sustentabilidade.

Nesse sentido, a racionalidade objetivista da reprodução restrita do capital encontra limites, comporta conflitos, outras racionalidades e a busca de alternativas em forma de outras possibilidades epistêmicas, resistências e de “alternatividades”. Assim, esse espaço das “alternatividades” configura-se como possibilidade de reconhecer modelos socioambientais que se constroem em bases sustentáveis, que ultrapassam a racionalidade estritamente capitalista, movida unicamente pelo lucro crescente e sem que as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais se restrinjam à reprodução do capital. Essas relações, quando permeadas pela solidariedade intra e intergeracional, bem como com o compromisso da reprodução ampliada da vida, podem conduzir a “novos” modelos de entender e atuar no campo do “desenvolvimento”.

4. Reprodução social, reprodução socioambiental: uma primeira aproximação

No campo teórico, mesmo considerando as diferenças entre as concepções sobre a “reprodução social” de base marxista e da sociologia bourdiana, pressupõe-se que esse conceito permite enfrentar as limitações do conceito de “desenvolvimento” e ampliar as possibilidades de entender os processos materiais e imateriais que compõem todo e qualquer grupo humano ou ordem social. Avançam porque explicitam a estreita vinculação entre a base material (reprodução econômica vinculada à base natural) e imaterial (reprodução cultural, conhecimento, ideologias, etc.), mesmo com diferenças sobre como essas se articulam e interferem na dinâmica da reprodução social.

No entanto, mesmo levando em conta que a natureza é parte da reprodução social, ela continua centrada no humano e na sociedade, não sendo suficiente para explicar o processo da reprodução que supõe que as inter-relações e interdependência da reprodução ecológica sejam vitais para a permanência e manutenção da vida humana (Morin, 1997; Raynaut, 2006). Ou seja, se o sistema sociedade e o sistema natureza fazem parte dos sistemas vivos que estão em constante inter-relação, o modo como os humanos, por meio de seus meios técnicos, interferem e criam “natureza” artificializada

(domesticação e cultivos de plantas e animais) e alteram a lógica da reprodução dos sistemas vivos naturais, bem como o modo como a natureza (re)age em relação aos humanos (tem agência), condiciona alterações em seu processo de reprodução. Além disso, superar a centralidade da visão américo-eurocentrista requer traduzir a diversidade dessas relações observando as diferentes “ordens sociais”, e não continuar sob a égide do desenvolvimento ocidental moderno analisando e medindo todos os agrupamentos humanos em qualquer lugar por intermédio da mesma “lente”.

Reconhecendo, portanto, que a reprodução social é parte da dinâmica mais geral da reprodução é que nesse artigo levanta-se a hipótese de que o conceito de “reprodução socioambiental” possa contribuir com as proposições da teoria social crítica de superar as dicotomias entre sujeito e objeto, sociedade e natureza, dominador e dominado, no sentido das emancipações. Permite identificar os objetos híbridos de natureza e sociedade, na intersecção e interdependência que fazem parte da reprodução de todos os sistemas vivos. Para Raynaut (2006), ambos os sistemas mantêm particularidades que lhes são próprias (não é tudo híbrido, nem há uma simetria total entre humanos e não humanos), que buscam se reproduzir na relação entre elementos de seu próprio sistema. No entanto, há inter-relações entre a reprodução socioeconômica e ecológica que as tornam indissociáveis. Tal hipótese, deste modo, tem referência e consistência teórica, que pode se aproximar da noção de desenvolvimento socioambiental difundida no meio acadêmico hoje como uma estratégia para se contrapor às noções “desgastadas”, tanto no campo da vida prática como no campo da crítica ideológica (desenvolvimento, codesenvolvimento, desenvolvimento sustentável).

Observa-se, deste modo, que no campo das ciências sociais (como no das ciências naturais) há clara evidência de que tratar da relação sociedade-natureza conduz a pensar na (re)construção do seu objeto, onde o “ambiental” torna-se um “objeto sicionatural”, o qual conduz, por exemplo, a sociologia “a uma verdadeira revolução epistemológica que coloca em questão seu paradigma baseado na autonomia do social” (Picon, 2012, p. 17 – tradução livre). O apelo à centralidade dos humanos, por serem os portadores legítimos da racionalidade, capazes de ordenar e coordenar as relações com o meio a partir

de suas necessidades, acaba permeando mais ou menos todas as teorias sociais modernas, incluindo parte das teorias críticas. A “crise ambiental contemporânea”² abre fraturas nesta perspectiva, porque revela a interdependência da reprodução humana e ecológica em níveis mais intensos do que seria possível supor há um século. Faz sentido a afirmação de Redclift (2002) quando diz que a ideia de sustentabilidade hoje continua válida se considerar os humanos e o mundo exterior (como foi habitualmente associado o termo) como partes do mesmo processo, dadas as grandes transformações na genética e nas comunicações globais que modificam as relações entre nós e o meio ambiente de forma substancial.

Nesta perspectiva, as formulações de Barel (1973) e Raynaut *et al.* (1994) sobre a categoria da reprodução evidenciam as inter-relações e a multidimensionalidade que a compõem. Reprodução como um fenômeno global, que envolve todas as dimensões da vida em constantes inter-relações, porque, segundo os autores, toda a forma organizada de relações entre elementos do real busca manter sua existência, se reproduzir. Esses elementos funcionariam por meio da dinâmica mediada pelas contradições internas do próprio sistema, em que não há um ordenamento perfeito de todos os elementos em um único sentido. Há, ao contrário, em cada situação específica, configurações variáveis no tempo e no espaço, equilíbrios temporários, tensões e conflitos, os quais não reduzem o sistema nem ao imobilismo nem à estabilidade (Raynaut *et al.*, 1994).

Nesse sentido, tanto Barel quanto Raynaut *et al.* buscam demonstrar a dinâmica das inter-relações optando por expor um conjunto de “domínios” ou “processos” da reprodução. Para Raynaut *et al.*, os domínios social, biodemográfico, econômico e ecológico apontam tanto para as particularidades dos sistemas sociedade e natureza como para a complexa inter-relação entre os seus elementos interiores em uma articulação dinâmica entre as várias dimensões da reprodução. Reprodução social que se refere às “dinâmicas sociais e culturais pelas quais um grupo social, uma comunidade, uma sociedade global buscam perpetuar-se ao longo da história como sistema organizado, ao mesmo tempo em que se ajustam

e se transformam ao passar por períodos de crise”; a “reprodução biodemográfica” que se refere às “dinâmicas populacionais pelas quais a composição de um grupo humano e o estado de saúde de seus membros evoluem, se adaptam e se regulam”; a “reprodução econômica”, que se refere aos processos “técnicos e econômicos segundo os quais um sistema de produção funciona e se modifica de maneira a produzir e a fazer circular os bens e as mercadorias necessários para que um grupo humano possa continuar a existir e a manter suas trocas com o exterior”; e a “reprodução ecológica”, que se refere às “dinâmicas próprias aos sistemas físicos e naturais, em relação com as modificações introduzidas pela ação dos humanos (antropização) (Raynaut *et al.*, 1994, p. 6).

Em Barel (1973), encontra-se uma construção que amplia o modo de demonstrar como há, no processo da reprodução como fenômeno geral (humanos, sociedade e natureza), espaços que dizem respeito às dinâmicas da natureza em seus aspectos físicos e químicos dos ciclos naturais e a reprodução biológica (vegetal, animal, espécie humana) e espaços que contêm a reprodução social tanto em seus processos materiais como imateriais inter-relacionados. Reprodução material que comporta a reprodução econômica, a reprodução humana (reprodução demográfica, da saúde, da cultura dos indivíduos), a reprodução do trabalho (objetos de arte e macro-objetos como a cidade – humanização da natureza) e a reprodução da escrita. Reprodução cultural que comporta a reprodução das estruturas organizacionais (nação, classes, famílias, educação, instituições, estrutura do poder) e a reprodução simbólica, que diz respeito à reprodução da língua, das técnicas, da ciência, ideologia, filosofia, religião, artes, moral, direito, lógicas mentais, etc. Observados esses processos de inter-relações, é possível identificar onde as particularidades da dinâmica do sistema natural e do social se explicitam no processo da reprodução, mas, de forma mais intensa, como as inter-relações ou hibridez entre a reprodução natural e social são intrínsecas ao processo da reprodução como fenômeno global.

Observando a multidimensionalidade do fenômeno da reprodução, é possível dizer que a sustentabilidade

² Há autores, como Bruno Latour, por exemplo, que afirmam não existir uma “crise ambiental”, mas sim uma crise de objetividade, ou seja, uma crise nas maneiras de os humanos representarem o meio ambiente. Para mais detalhes a respeito, ver Latour *et al.* (1998).

dos sistemas é sempre relativa, pois, sendo dinâmica, ela comporta ora bloqueios, ora evoluções, já que existem no “processo histórico momentos em que a evolução dentro de um domínio provoca bloqueios ou involuções em outros, ou seja, provoca crises as quais se transformam em um novo estado da sociedade e das relações com a natureza” (Raynaut *et al.*, 1994, p. 8). Nos processos naturais, o chamado “equilíbrio dinâmico”, fundamentado na resiliência (capacidade de auto-organização) do sistema, não está desvinculado dos eventos tanto naturais (catástrofes) como os promovidos pela ação humana, que podem alterar as condições de reprodução rompendo com a capacidade de autorregeneração. Assim, dimensionar eficazmente quando ocorrem as rupturas da sustentabilidade de um sistema é muito difícil, pois esta é relacionada com uma série de questões de ordens social, tecnocientífica, política e ética, as quais integram a construção da arena de negociações e arbitragens em que estão em disputa os pontos de vista dos diferentes agentes sociais (cientistas, jornalistas, movimentos sociais, igrejas, etc.).

Nesse sentido, tratar das questões da reprodução é reconhecer que essa temática traz à luz o fato de as questões sociais estarem imbricadas com as ambientais e que, para compreendê-las, se faz necessário observar tanto as macro-orientações que dominam a criação de sentidos no campo ambiental como as especificidades das populações que vivenciam determinados espaços físicos e sociais. A diversidade das características da estrutura física, biológica e fundiária de um determinado espaço está imbricada com diferentes espaços de sociabilidade (lugar), os quais revelam, além de diferentes modos de vida, representações, aspirações, lógicas produtivas e trajetórias familiares, também necessidades econômicas e socioculturais. Nesse sentido, o conceito de reprodução socioambiental parece dar conta teoricamente da complexa dinâmica da relação entre humanos e natureza no intento da sustentabilidade dos sistemas vivos.

Em síntese, a abordagem da “reprodução socioambiental” propõe considerar que:

1. A reprodução é um processo em que todas as formas organizadas de relações entre elementos do real buscam manter (sentido de permanência) sua existência,

se reproduzir, mediada pelas contradições internas aos sistemas (sociedade e natureza) sem um ordenamento perfeito de todos os elementos em um único sentido. Em cada situação específica, há configurações variáveis no tempo e espaço, equilíbrios temporários, tensões e conflitos que os colocam em movimento/mudança, provocando descontinuidades;

2. A reprodução é um fenômeno geral, portanto, incorpora na mesma dinâmica a reprodução natural/biológica (vegetal, animal, espécie humana) e a reprodução social, tanto material (econômica, biodemográfica, trabalho, escrita) como imaterial (cultural, simbólica e organizacionais). Uma totalidade que vai do todo às partes e das partes ao todo, dialeticamente;

3. A reprodução se liga direta e dialeticamente com a diferenciação, reforçando-se mutuamente; a reprodução idêntica é exceção. Diferenciação que tende à complexidade dos sistemas sociais e naturais. A realidade não é orientada por um único modelo, nem se dirige em um único sentido; é concebida em termos de diferenças: as múltiplas lógicas de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas, políticas e econômicas que diferenciam lugares, territórios, na inter-relação com o global;

4. Os devires das emancipações devem ser entendidos como aqueles em que o passado (*habitus*) e o futuro (projetos) se fundem em um presente revelado nas ações concretas dos agentes, emancipações possíveis de serem traduzidas observando a lógica dos protagonistas das ações individuais e coletivas transformadoras. Seguindo as exigências éticas e políticas, são ações que se direcionam para o fim das opressões e injustiças sociais, bem como para o fim da sujeição, visando à equidade e à liberdade, à autonomia e à autor-realização.

Agradecimentos

Às agências de fomento à pesquisa científica: Fundação Araucária/SETI do Governo do Estado do Paraná e Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – do Governo Federal pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Referências

- Almeida, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J.; Navarro, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-55.
- Barbieri, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- Barel, Y. *La reproduction sociale: systèmes vivents, invariance et changement*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- Boltanski, L. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- _____. Chiapello, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Bourdieu, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. Portugal: Celta, 2002.
- _____. Passeron, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- Corona, H. M. P. *A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas inter-relações*. Curitiba, Tese (Doutorado) - Programa MADE/UFPR, 2006.
- Deleuze, G.; Guattari, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Escobar, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005a.
- _____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005b. p. 133-168.
- _____. *La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.
- Fernandes, F. (Org.). *Marx e Engels*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36).
- Foster, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Jollivet, M. Objets naturels et objets techniques: la place de la sociologie et l'ambition de l'interdisciplinarité. In: Barbier, R.; Boudes, P.; Bozonnet, J. P. et al. *Manuel de sociologie de l'environnement*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2012. p. 33-52.
- Latour, B.; Schwartz, C.; Charvolin, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: Araújo, H. R. de. *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-126.
- Leff, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- Marx, K. *Líneas fundamentales de la crítica de la economía política (Grundrisse)*, Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/grundrisse.htm> Acesso em: 22 junho, 2005.
- _____. *O capital*. V. II. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção “Os Economistas”).
- _____. Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- Morin, E. Por um pensamento ecologizado. In: Castro, E.; Pinton, F. *Faces do trópico úmido*. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 53-77.
- ONU - Organização das Nações Unidas. *Relatório Brundtland Nosso Futuro Comum*, 1992. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- Picon, B. La sociologie de l'environnement, l'héritage d'un questionnement sur les rapports nature-société. In: Barbier, R.; Boudes, P.; Bozonnet, J. P. et al. *Manuel de sociologie de l'environnement*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2012. p. 17-31.
- Porto-Gonçalves, C. W. *O desafio ambiental*. São Paulo: Record, 2004.
- Raynaut, C. *Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável: questionando algumas representações sociais*. Conferência realizada em Curitiba no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, em agosto de 2006.

_____; Zanoni, M.; Bley, D. *Desenvolvimento sustentável e preservação da natureza: estratégias dos atores sociais do meio rural em áreas de proteção ambiental – Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná*. Curitiba: MADE/UFPR, 1994. Mimeo.

_____; LANA, P. C.; ZANONI, M. *Desenvolvimento e meio ambiente em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais*. Curitiba: UFPR, 2002.

_____; ZANONI, M. Prefácio. In: Ferreira, A. D. D.; Brandenburg, A.; Corona, H. M. P. (Orgs.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: UFPR, 2012.

Redclift, M. R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. *Revista Raízes*, Campina Grande, 21(1), 124-136, 2002.

Santos, B. de S. *Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro*. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

_____; Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina e CES, 2009.